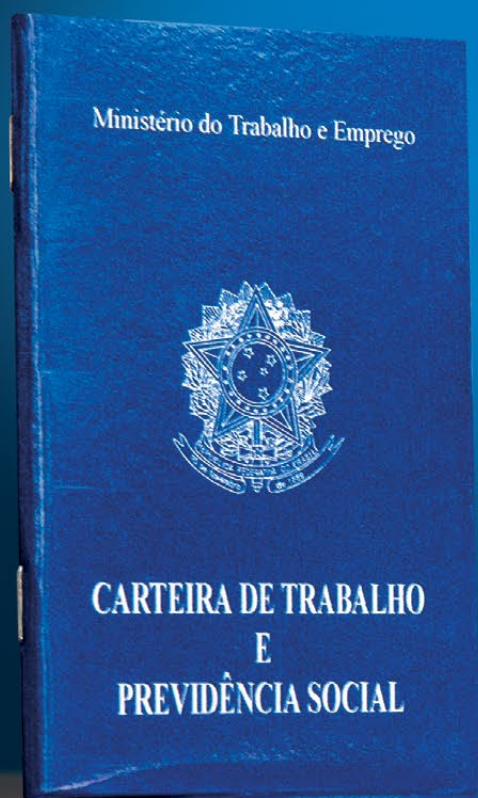


BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • fevereiro de 2019

LEI DO ENCONTRO DE CONTAS

Justiça foi feita. Mas, e agora?



Palavra do presidente

Os principais avanços do movimento municipalista vieram a partir da união e da mobilização dos Municípios. Em 2018, duas importantes vitórias também se concretizaram diante da articulação de gestores e lideranças municipalistas: a regulamentação do Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal (CRDPM) e o congelamento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de localidades que perderam coeficiente em decorrência de redução na estimativa populacional. A palavra de ordem e o desafio são manter o movimento municipalista unido.

A primeira vitória representou uma luta de quase 20 anos. Neste boletim, explicamos quais são os próximos passos e o que você deve fazer em relação ao Encontro de Contas. Relembro que a medida tramitou no Congresso Nacional durante mais de quatro legislaturas e foi aprovada pelos parlamentares em novembro de 2017. A regulamentação do Comitê de Revisão, no entanto, se deu apenas um ano após essa aprovação pelo Congresso, em novembro de 2018. Ressalto que esses dois momentos ocorreram durante mobilizações municipalistas que reuniram milhares de gestores em Brasília.

Se essa luta perdurou por quase duas décadas, a segunda surpreendeu pela rápida resolução. Em 14 dias, o projeto que congela o FPM até que seja realizado novo censo populacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE) foi apresentado na Câmara e aprovado nas duas Casas Legislativas. A medida vai beneficiar 129 Municípios já em 2019 e 313 no ano seguinte. A sanção – após articulação nossa junto ao novo governo federal – bem como a normatização da Lei pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ocorreram nos primeiros dias de janeiro, consolidando-se como a primeira conquista do ano.

Em pautas e batalhas como as citadas e trazidas nas páginas desta edição do nosso boletim, temos sempre como norte conseguir melhores condições de vida à população de nossos Municípios. E é essa busca que fortalece e legitima as nossas conquistas. São resultados decorrentes da união de milhares de gestores e do apoio dos líderes municipalistas, que, reunidos em Brasília, ou atuando em seus Municípios, enfrentam difíceis desafios e comemoram cada avanço alcançado. Brasil forte se faz com Município forte. É com essa certeza que seguimos.

Glademir Aroldi
Presidente da CNM



Família Municipalista

Visita de gestores à sede da CNM



Prefeito de Ibiaí/MG
LARRAVARDIERIE BATISTA



Prefeito de Pintópolis/MG
LEY LOPES



Prefeito de Extremoz/RN
JOAZ OLIVEIRA



Prefeito de Caibi/SC
ELOI LIBANO



Prefeito de Conceição do Lago-Açu/MA
DIVINO LIMA



Prefeito de Camburiú/SC
ELCIO ROGERIO KUHNEN



Prefeito de Gurjão/PB
RONALDO RAMOS



Prefeito de Poté/MG
GILDÉSIO SAMPAIO



Prefeito de Rosário do Catete/SE
ETELVINO BARRETO



Prefeito de Terezópolis de Goiás/GO
FRANCISCO ALVES DE SOUSA JÚNIOR



Prefeito de Vinhedo/SP
JAIME CESAR



Visite o **lounge** municipalista na sede da CNM, em Brasília/DF

Computador, wi-fi, café, salas de reuniões e escritórios completos para seu Município.

 **Entrevista**

Descentralização de recursos para fortalecer Municípios é prioridade para o governo

Onyx Dornelles Lorenzoni, ministro-chefe da Casa Civil, deve ser um importante porta-voz entre o movimento municipalista e o governo federal. Após cinco legislaturas como parlamentar, Lorenzoni afirma conhecer bem a pauta dos Municípios. Enquanto deputado, atuou nas comissões: de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em 2008, como presidente; de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), como titular; e integrou Comissões Parlamentares de Inquérito. Antes de chegar ao cargo de deputado federal, cumpriu dois mandatos de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ao Boletim CNM, o ministro falou sobre as perspectivas para essa relação entre gestores municipais e o novo governo.

A regulamentação do pacto federativo defendida pelo movimento municipalista vai ao encontro da visão de governo “Mais Brasil, Menos Brasília”. Quais as propostas para que essa mudança ocorra de fato em nossa Federação?

R: O governo Bolsonaro, desde a época da campanha eleitoral, e estava presente inclusive no programa eleitoral dele, sempre defendeu o fortalecimento da Federação. Nosso plano de governo sempre foi conceitual. Dizíamos que, além de ser um governo constitucional, fiscalmente equilibrado e fraterno, ele tem a preocupação de fortalecer aquele Ente onde o cidadão está mais próximo da solução do dia a dia, das famílias e da vida das pessoas. Então nós temos duas fases muito importantes. A primeira, que está sendo desenvolvida ao longo deste ano, é a fase de recuperar o equilíbrio fiscal brasileiro. E aí tem duas vertentes importantes, reduzir ou acabar com o déficit primário, que é um déficit gigantesco de R\$ 139 bilhões previstos para esse ano; e a nova previdência, que vai dar condição de o governo sustentar ao longo dos próximos anos o crescimento do país. Com isso, no segundo momento, o governo pretende desburocratizar, simplificar e melhorar a transmissão de recursos que são concentrados hoje no governo federal para os Municípios. E existe um projeto que está em gestação no sentido de criar a década do municipalismo, onde de maneira gradual seriam transferidos recursos da arrecadação federal para o Fundo de Participa-

ção dos Municípios, fazendo com que se melhore a participação dos Municípios brasileiros na divisão tributária da União.

Como deve ser a interlocução do governo federal com o movimento municipalista? Há a previsão da criação de alguma coordenação para estreitar o diálogo com os Entes locais, como já houve no passado, a exemplo da Subsecretaria de Assuntos Federativos?

R: O governo federal, no governo Bolsonaro, vai manter completamente aberta a interlocução com os Municípios; e é evidente que a CNM e as federações estaduais de Municípios terão pleno acesso a toda a estrutura do governo federal, que tem como conceito, aquilo que falávamos antes, de Mais Brasil e Menos Brasília.

A Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios chega em 2019 à 22ª edição consolidada como um dos maiores encontros políticos do país. Qual a expectativa do governo em relação à participação nesse evento, agenda para coincidir com os cem dias de vigência dessa nova gestão?

R: A Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios é algo que já tem uma marca perene no calendário político brasileiro. Trouxe para Brasília nesses últimos 22 anos e vai continuar trazendo os anseios, as necessidades e as expectativas daquela estrutura federativa que representa a sociedade brasileira. E, é claro, que o governo federal pretende participar ativamente da Marcha deste ano e dando já respostas objetivas à demanda dos Municípios brasileiros.

O movimento municipalista defende a urgente realização de reformas para o Brasil, com destaque para a da Previdência, a Tributária e a Fiscal. De que forma o governo atua para que essas medidas se consolidem?

R: Em relação à Reforma da Previdência, como já comentei, será o próximo passo. Nós não podemos, num país que tem o sistema tributário completamente irracional e que se

encontra hoje na condição de um governo fiscalmente desequilibrado, fazer duas reformas ao mesmo tempo. Então, nós vamos ter de fazer primeiro a Reforma da Previdência e depois a Reforma Tributária. Entre os conceitos norteadores do plano do governo Bolsonaro estão simplificar, racionalizar e reduzir o peso do Estado brasileiro sobre o bolso do trabalhador e trabalhadora brasileira. Isso abrange o Estado no sentido mais amplo, das três unidades federativas. É um conceito que nós acreditamos, professamos e vamos trabalhar para poder diminuir o custo do Estado na vida de cada família brasileira.

Neste início de gestão, qual a mensagem do governo de Jair Bolsonaro aos gestores dos 5.568 Municípios brasileiros?

R: O Executivo federal e o movimento municipalista, como têm inúmeros pontos de contatos, vão poder atuar juntos na articulação política com o Congresso Nacional. Nós temos um quadro renovado: são 249 novos deputados e 49 novos senadores, que vêm de uma eleição transformadora, onde a voz das urnas se fez ouvir com muita força em todo o Brasil. E o governo Bolsonaro, que é filho desse movimento, encontra no movimento municipalista um parceiro para transformar o Brasil.



 **Finanças**

Contratação temporária e terceirização: conheça o panorama dos Municípios

Um dos grandes desafios enfrentados pela administração pública municipal é a gestão de sua estrutura como forma de reduzir custos e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade dos serviços prestados. As transferências de responsabilidades e o descompasso entre encargos e recursos levam os gestores a buscarem alternativas que viabilizem esses objetivos. A contratação temporária e a terceirização presentes, respectivamente, em 85,9% e 69,5% dos Municípios, estão entre as ações adotadas pelos prefeitos. É o que aponta o mais recente estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A pesquisa da entidade foi feita com 4.132 (74,2%) dos 5.568 Municípios do país. Desse universo, 3.548 gestores afirmaram que contrataram servidores em caráter temporário, enquanto 2.871 terceirizaram a prestação de serviços públicos municipais. O levantamento da CNM indica que o atendimento à necessidade por profissionais específicos está entre os principais objetivos que levam os gestores a contratarem temporariamente. Essa motivação teve a resposta de 3.123 prefeitos ou 88% dos Municípios. O atendimento à necessidade de profissionais específicos associado ao de demandas de calamidade pública foram lembrados por 294 gestores (8,3%) dos Municípios.

Nesse aspecto, o estudo da CNM destaca que os Municípios dos Estados de Minas Gerais (85,7%), Rio Grande do Sul (93,16%) e São Paulo (68,37%) são os que mais contratam temporariamente. Dos profissionais mais contratados

em caráter temporário, o destaque do estudo é para os servidores da área da saúde (médicos, enfermeiros e dentistas) em 2.932 Municípios. Os servidores da educação aparecem em 2.926 Municípios, enquanto 1.734 Municípios disseram ter contratado temporariamente servidores do quadro socioassistencial. Demandas urgentes de mão de obra, dificuldades em fixação de profissionais e transitoriedade de programas federais foram algumas das razões para a contratação temporária.

Terceirizações

O levantamento da CNM indicou ainda que 1.971 gestores adotaram a terceirização dos serviços de conservação, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Outros 1.902 afirmaram que terceirizaram serviços de transportes, enquanto 1.227 Municípios disseram terceirizar também serviços de informática. Além disso, a manutenção de serviços como, por exemplo, prédios, equipamento e instalações foi lembrada por 711 cidades no levantamento da CNM.

Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul (79,3%); de Santa Catarina (76,3%) e São Paulo (67%) estão entre os que mais terceirizam os serviços públicos. Entre as razões para a terceirização



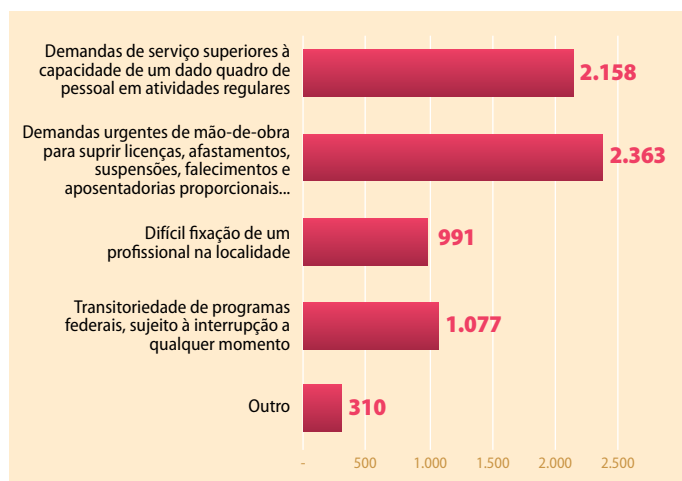
Prof. de Vithenna



Prof. de Santa Maria

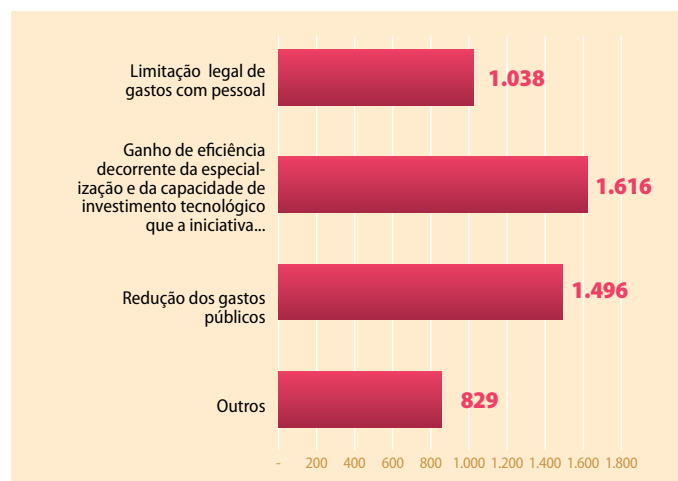
apontadas pelos gestores estão o limite de gastos com pessoal, ganho de eficiência decorrente da especialização e da capacidade de investimento tecnológico que a iniciativa privada oferece, bem como a redução dos gastos públicos. A íntegra do levantamento pode ser acessada na Biblioteca Virtual da CNM.

Gráfico 1 – O que levou o Município a fazer contratação temporária?



Fonte: Elaboração Própria – CNM. Pergunta de múltipla escolha.

Gráfico 2 – O que levou o Município a terceirizar serviços?



Fonte: Elaboração Própria – CNM. Pergunta de múltipla escolha.

Artigo

O QUE ESPERAR DE 2019?



Estamos no começo de um ano e com isso muitos se perguntam quais são as perspectivas para a economia e o começo de um novo mandato presidencial; teremos melhores receitas nos Municípios brasileiros?

Para tentar esclarecer essas dúvidas, vamos apresentar alguns números. Em termos macroeconômicos, espera-se uma pequena melhora nos principais parâmetros: a inflação deve ficar próxima a 4% a.a., abaixo da meta fixada pelo Banco Central; no PIB (Produto Interno Bruto) está prevista uma expansão de 2,5%; o desemprego deve diminuir um pouco; e os indicadores de ocupação das indústrias terão um pequeno incremento. A Safra de 2019 – se as condições climáticas se mantiverem – será boa. Em resumo, os economistas preveem uma melhora em todos os parâmetros, o que representará um crescimento lento e gradual.

PIB – expansão prevista de 2,5%

No ambiente político existe a expectativa de que, com os novos governo e Congresso Nacional, possam ser discutidas as grandes reformas necessárias; a previdenciária foi elencada como a prioritária, mas a reforma tributária e a política devem também ser discutidas neste ano. Aqui cabe uma ressalva, a CNM e todo o movimento municipalista estão especialmente atentos às propostas de Reforma Tri-

butária, uma vez que, no mês de dezembro de 2018, foi aprovado pela Comissão Especial da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados o substitutivo do deputado Federal Luiz Carlos Haully (PSDB/PR), que trazia alterações importantes no nosso sistema tributário. Algumas alterações sugeridas no substitutivo causam preocupações aos gestores municipais, como a criação de um imposto que uniria o atual ICMS e o ISS e também de um imposto seletivo em que os Municípios não teriam participação. Agora vamos aguardar qual será a proposta apresentada pelo novo governo federal.

Já no âmbito municipal, temos de avaliar como se comportarão as arrecadações dos dois impostos que compõem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Imposto sobre produtos industrializados (IPI) – que em 2018 obteve o montante de R\$ 57,7 bilhões – deve ter um incremento em virtude dessa melhora na economia; e o Imposto de Renda (IR) – estimado em 2018 em R\$ 354 bilhões – aumentará, já que as empresas e as pessoas físicas terão aumento de sua renda e lucros; a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2019, por sua vez, prevê um FPM total de R\$ 109,4, o que representa um aumento de 3,7% em relação ao executado em 2018.

FPM – previsto aumento
3,7%
maior que executado em 2018

A outra grande fonte de arrecadação, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que se manteve bom em 2018 em razão das “bluechips” Energia, Comunicações e Combustíveis, deve ter um ano semelhante, também impactado pela melhora dos fatores econômicos e aumento da renda.

As transferências relativas aos royalties de petróleo e gás devem ter um significativo aumento de suas receitas, devido ao crescimento da produção, a atual taxa de câmbio e o preço do barril de petróleo no mercado internacional. As transferências dos outros royalties, minerais e hídricos também devem ter um pequeno aumento.

Quanto às receitas municipais, à arrecadação própria, os indícios apontam para uma manutenção dos valores de 2018; o ISS, que é o principal imposto de competência municipal, vem ao longo dos últimos dois anos se mantendo estável, portanto, acreditamos que terá esse mesmo comportamento em 2019; o IPTU e o ITBI serão impactados pelo aumento da renda e a construção civil. Temos pouca chance de incremento grande nas receitas próprias municipais neste ano.

Em resumo, o que podemos prever é um ano de 2019 com sinais de melhora, mas ainda incerto por causa dos fatores políticos, e as receitas municipais ainda não serão suficientes para fazer frente às despesas constantes e ao aumento das demandas sociais da população.

Novo Executivo Federal assume

A gestão 2019/2022 do Executivo federal tomou posse em dia 1º de janeiro, e as nomeações do primeiro escalão e a organização da presidência e dos ministérios foram divulgadas pela Medida Provisória (MP) 870/2019. Nas últimas semanas de dezembro e primeira quinzena de janeiro, iniciativas da gestão anterior foram sancionadas e publicadas. Entre elas, o **reajuste do salário mínimo** – sanção e publicação –, que foi o primeiro ato do novo governo. O valor foi menor que a cifra aprovada no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LDO) – de R\$ 1.006 – e o piso nacional passou de R\$ 954 para R\$ 998. Do total de servidores dos 5.568 Municípios, mais de três milhões têm remuneração vinculada ao salário mínimo. Por conta disso, o impacto nos cofres municipais será de R\$ 2,028 bilhões – menos R\$ 368 milhões em relação ao valor anterior.

O governo também divulgou o **reajuste do piso nacional do magistério**. O aumento de 4,17% elevou o piso dos professores de R\$ 2.455,35 para R\$ 2.557,74. O aumento superou a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 3,56% nos últimos doze meses, e corresponde ao vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio, modalidade normal, jornada de 40 horas semanais.

No sétimo dia de governo, a Lei 13.800/2019 foi sancionada e permite a **criação de fundos patrimoniais para estimular doações privadas** a projetos de interesse público em áreas como educação, ciência, saúde, cultura, esporte e meio ambiente. A norma estabelece um marco regulatório para a captação dos recursos privados para áreas de interesse público, por meio de parcerias, programas e projetos. Poderão participar instituições federais, estaduais, municipais e distritais.

Também teve mudanças nas **Equipes de Atenção Básica (eAB)**, que podem ser inseridas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). A Portaria 18/2019 estabeleceu novos códigos, carga horária e tipos de profissionais, atendendo às diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica. E a Lei 13.808/2019 Orçamentária Anual (LOA) indicou o total de despesas em R\$ 3,38 trilhões. O ano deve fechar com **déficit primário** de R\$ 139 bilhões.

A primeira vitória do ano veio com o **congelamento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)** de 129 localidades, com redução populacional, conforme matéria das páginas 10 e 11. O movimento municipalista tem grande expectativa de que a regulamentação do pacto federativo seja debatida de forma efetiva. O presidente da CNM, Glademir Aroldi, volta a mencionar a transferência de responsabilidades, ao longo dos anos, para os Municípios, sem a destinação dos recursos necessários.

Aroldi marcou presença na posse dos presidentes do Banco do Brasil, Rubem Novaes; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy; e da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães. O líder municipalista está otimista com o discurso de descentralização de recursos do governo central para as gestões locais. “O governo tem sinalizado que atuará para fortalecer o Ente municipal e, conseqüentemente, melhorar a vida das pessoas”, destaca.

Outras leis foram sancionadas nos primeiros dias da gestão federal, dentre elas: a Lei 13.804/2019, que instituiu a perda da carteira



Valter Campanato/ABr

de habilitação para motorista que usar o veículo para praticar receptação, descaminho e contrabando àqueles que tiverem condenação definitiva por esses crimes; e a Lei 13.803/2019, que trouxe a obrigatoriedade de notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar, quando superiores a 30%.

ASSISTÊNCIA

Ainda no final de 2018, no governo Temer, a Portaria 2.601/2018 do Ministério do Desenvolvimento social (MDS) permitiu a utilização dos recursos federais da assistência social, dos serviços, programas e projetos para aquisição de equipamentos e materiais permanentes no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). A medida representa um avanço e permite a flexibilização na gestão dos recursos para que os Municípios possam aplicar a verba conforme a necessidade e a realidade local. A CNM publicou em seu *site* uma nota técnica para mostrar aos gestores os impactos da medida.



Institucional

Governo reforça aproximação com a CNM

A equipe do presidente Jair Bolsonaro promoveu uma sequência de reuniões com representantes do movimento municipalista para criar uma aproximação institucional e levantar as pautas da gestão local com o Executivo federal. O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, convocou o presidente Glademir Aroldi com o propósito de que a Confederação compusesse um grupo de trabalho para discutir ações a serem desenvolvidas com os refugiados e imigrantes venezuelanos no Brasil. A ideia é promover uma interiorização dos estrangeiros no país, e a entidade apoiaria apresentando panoramas dos Municípios que podem recebê-los e abrigá-los.

“A CNM pode e deve ser uma grande parceira. Recebemos cerca de 500 pessoas por dia da Venezuela com ofícios ou profissões e que podem tranquilamente ser acolhidas. A interiorização dessas famílias necessariamente precisa de uma parceria com a Confederação porque, pelo que eu soube, nós temos aproximadamente 60 Municípios que estão no esforço de fazer a internalização”, explicou o ministro-chefe ao presidente da entidade. “Seria muito importante que a CNM, com as federações estaduais, pudesse nos ajudar nesse realocar”, concluiu Lorenzoni.

Para isso, a Confederação e o governo devem assinar um termo de cooperação com as diretrizes. Aroldi parabenizou a equipe por encarar a questão como uma crise humanitária e disse que “não se trata de uma crise econômica, e sim de uma crise social. Nós estamos lidando com pessoas, jovens e crianças. Então esse entendimento do governo é extremamente importante”, elogiou. “Estaremos à disposição e acho que temos muito a contribuir. Vamos ter, no dia 12 de fevereiro, uma reunião do nosso Conselho Político e iremos colocar na pauta. Não tenho dúvida de que nós vamos tirar daí uma proposta que deve agregar”, destacou Aroldi.

Agenda em comum

No mesmo dia, no período da tarde, representantes municipalistas estiveram no gabinete da Secretaria de Governo (Segov) para apresentar 15 propostas ao Executivo. Aroldi e o ministro Alberto dos Santos Cruz concordaram que há entraves a serem superados, tendo em vista três pilares: governança, Estado eficiente e federalismo. Eles acordaram trabalhar conjuntamente em cima dos pontos apresentados pela CNM para chegar a uma pauta em comum, que envolva os governos municipais e federal.



A conclusão é que, enquanto existirem dificuldades nos Municípios – para o gestor ou os habitantes –, haverá um esforço da equipe para chegar na ponta, solucionar os entraves e fazer com que a política pública gere resultados para a população. E, para interlocução com os Entes, o ministro Cruz enfatizou que conta com a CNM.

Durante o encontro, trataram ainda de transferências da União; capacitação dos gestores; reforma da previdência; mudanças no sistema tributário que já estão sendo analisadas no Congresso; e a participação do governo nos [próximos eventos da CNM](#). Nesse sentido, a CNM está desenvolvendo, com a equipe do Planejamento, uma plataforma de transferências única e simplificada, com transparência. Por fim, o presidente Aroldi agradeceu a abertura da equipe e deixou à disposição o conhecimento técnico e os dados e informações levantados pela entidade para as iniciativas do governo favoráveis à gestão local.

XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Durante as reuniões, Lorenzoni e Santos Cruz foram convidados para a *XXII Marcha*, que ocorre de 8 a 11 de abril e coincidirá com os 100 dias de governo. A confirmação de que o governo estará presente veio do ministro da Casa Civil, assim como a disponibilização de uma equipe para tratar do tema, por parte do representante da Segov. Por ser um espaço de diálogo e de importantes anúncios para os gestores municipais e a população, o evento reúne autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de órgãos de controle.




 Previdência

ENCONTRO DE CONTAS

Medida possibilita correção de problema histórico

O ano de 2018 trouxe importantes conquistas aos Entes locais. Entre essas, uma se destaca pela luta e pelos impactos dela decorrentes: o Encontro de Contas de débitos e créditos previdenciários dos Municípios e da União. Pleito que tramitou no Congresso Nacional durante mais de quatro legislaturas, a medida foi aprovada pelos parlamentares em novembro de 2017, mas a regulamentação do Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal (CRDPM) ocorreu apenas um ano após – ambos durante mobilização que reuniu milhares de gestores municipais em Brasília.

O anúncio em relação ao Comitê foi feito pelo então presidente Michel Temer em evento histórico na sede da Confederação realizado no dia 19 de novembro. O Encontro de Contas regulamenta o art. 11 da Lei 13.485/2017 e representa uma luta de quase 20 anos do movimento. “Os Municípios têm créditos a receber da União. Esse Encontro de Contas é extremamente necessário e urgente no atual cenário de crise fiscal e de comprometimento da previdência no orçamento”, comemorou o presidente da CNM, Glademir Aroldi.

A normativa permitirá aos Municípios que valores de contribuições vertidas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) da União retornem aos cofres municipais, auxiliando no equilíbrio de suas contas.

Com a regulamentação do Comitê de Revisão, a Confederação destaca a necessidade de o gestor público designar pessoas para levantar os documentos comprobatórios, que possam originar os créditos ou os débitos junto à Re-

ceita Federal do Brasil. A entidade sugere que o levantamento alcance os débitos efetivamente existentes, por entender cabível a discussão quanto aos prazos decadencial e prescricional, previstos apenas no decreto.

Tramitação

A entidade atuou tanto no processo de construção da normativa quanto na forma de regulamentação do texto. Como previsto no decreto, a CNM indicou cinco representantes de Municípios, um de cada região, para a composição do comitê à Secretaria de Governo da Presidência da República. Os representantes indicados serão designados em ato do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República. Assim, novas informações serão repassadas quando tiverem início as reuniões do CRDPM.

O que representa o Encontro de Contas?

O cenário que os Municípios habitavam era turvo e despertava o sentimento de injustiça. Imagine que todos os meses, ao receber seu salário, conste na sua folha de pagamento um desconto significativo, que atrapalha no fechamento de suas contas do mês. No entanto, você não sabe ao certo quanto e por quanto tempo ainda terá que pagar aquelas parcelas e, portanto, não sabe ao menos se irá um dia quitá-las. Isso é, de certa forma, o que acontece com grande parte dos Municípios brasileiros. Agora, a mudança está à vista e o que se enxerga é **justiça e transparência no acerto de contas entre os Entes da Federação.**

O que preciso fazer?

Entenda o que o gestor do Município interessado precisa fazer para possibilitar o Encontro de Contas:

- 1 requerer ao órgão da União que ele administre os débitos ou os créditos dos Municípios;
- 2 designar um servidor com experiência em finanças para consolidar as informações da dívida previdenciária, atribuindo-lhe a possibilidade de requisitar documentos aos órgãos federais competentes;
- 3 confrontar os dados da dívida previdenciária que o Município tem com aqueles que a Receita Federal dispõe;
- 4 desmembrar cada parcelamento e autuação do Município, de forma a identificar as parcelas que os compõem;
- 5 identificar, junto à Procuradoria Municipal, se as parcelas que constam do débito são realmente devidas, ou seja, se não estão prescritas, se não decorrem de vantagens indenizatórias;
- 6 elaborar relatório completo que apresente todos os dados levantados durante o estudo com demonstração da evolução da dívida previdenciária, de forma a possibilitar a continuidade do controle e planejamento necessários.
- 7 enviar para a Confederação para conhecimento da entidade.



O que abrange?

- multas de mora e de ofício;
- juros de mora;
- matérias objeto de ações de repetição de indébito; ou
- situações em que a interpretação da legislação relativa às obrigações tributárias seja conflituosa ou litigiosa.

Quais valores compõem a revisão da dívida previdenciária?

- pagos indevidamente a título de contribuição previdenciária dos agentes eletivos;
- prescritos, assim considerados em razão da Súmula Vinculante 8, do Supremo Tribunal Federal, que declara inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei 8.212/1991;
- referentes às verbas de natureza indenizatórias indevidamente incluídas na base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias, tais como:
 - terço constitucional de férias;
 - horário extraordinário;
 - horário extraordinário incorporado;

- primeiros quinze dias do auxílio-doença;
 - auxílio-acidente e aviso prévio indenizado.
- pagos incidentes sobre as parcelas indenizatórias na base de cálculo da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - devidos e não pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes ao estoque previdenciário nos termos da Lei 9.796/1999, relacionados ao período de outubro de 1988 a junho de 1999; pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores em comissão que possuem vinculação com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no cargo ou emprego de origem;
 - pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de agentes políticos que antes da publicação da Lei 10.887/2004 possuíam vínculo funcional com o RPPS na origem;
 - pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores vinculados ao RPPS.

Qual a base legal do Encontro de Contas?

- Lei 13.485, de 2 de outubro de 2017;
- Portaria da Receita Federal 754, de 21 de maio de 2018;
- Decreto 9.568, de 19 de novembro de 2018.

Orientações adicionais

Serão considerados os valores reconhecidos em:

- decisão administrativa definitiva;
- decisão judicial transitada em julgado;
- conformidade com o disposto no art. 19 da Lei 10.522/2002, observado o disposto nos seus § 4º, § 5º e § 7º;
- súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal; ou
- parecer da Advocacia-Geral da União aprovado pelo presidente da República, nos termos do disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar 73/1993.

Vitória! Atuação mun de FPM para mai

Se todos os meses o seu rendimento estiver dentro de uma média, previamente conhecida, de certo, gestão e controle das contas serão uma máxima. Agora, se, de uma hora para outra, a notícia for de que o rendimento terá grande redução, a realidade será de desespero e de desajuste. Foi exatamente isso que ocorreu com 129 Municípios, que tiveram redução na estimativa populacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

de 2018. Outros 313 Municípios – que seriam impactados em 2020 – também foram beneficiados pela medida.

Contudo, intensa atuação, liderada pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, garantiu vitória de forma muito rápida. Em um prazo de 14 dias, a matéria foi apresentada e aprovada no Congresso. Assim, em pouco menos de três meses, o projeto de congelamento do coeficien-

te do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dessas localidades tramitou na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; foi sancionado pela presidência da República; e normatizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Essa foi a primeira conquista do ano.

Entenda. A estimativa populacional é um dos critérios de definição dos coeficientes do FPM e, conseqüentemente, de definição dos valores a serem recebidos por cada uma das

Veja o passo a passo até a vitória

OUTUBRO



Presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro, alerta para impactos da redução de coeficiente.



Aroldi participa de reunião com o presidente do IBGE, Roberto Olinto Ramos, no Rio de Janeiro (RJ). O encontro ocorreu a pedido da CNM para tratar do drama das administrações locais com a nova estimativa populacional – divulgada no final de agosto.



Divergências na estimativa populacional foram pauta de reunião do presidente da CNM e da prefeita de Roncador (PR), Marília Perotta, com o presidente do TCU, Raimundo Carreiro.



Aroldi e Marília se reuniram com o deputado Carlos Melles (DEM-MG) para debater alternativas que garantam recursos para a realização do censo demográfico de 2020.

O IBGE não realizou o censo demográfico desde 2015, e isso promoveu perda de coeficiente do FPM em 139 cidades em 2019 e outras 313 em 2020.

Equipes da CNM reúnem informações e dados para preparar material informativo.

NOVEMBRO

Decorridos os prazos legais, a estimativa populacional para os Municípios e as Unidades da Federação foi enviada ao TCU para o novo cálculo dos coeficientes de repasse de recursos ao FPM.



CNM apresenta proposta de congelamento do FPM ao líder do PP, deputado Arthur Lira. A iniciativa da entidade é a estratégia que o movimento municipalista decidiu realizar após a divulgação da estimativa populacional do IBGE.



Última Mobilização Municipalista do ano pautou o tema, com a presença dos então presidentes da República, Michel Temer, da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ); e do senador Wellington Fagundes (PR-MT), representando o presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira (MDB-CE).



Plenário da Câmara aprova regime de urgência para o PLP 549/2018, do deputado Arthur Lira (PP-AL), que congela os coeficientes de distribuição.



Câmara aprova o texto elaborado pela CNM – apresentado pelo deputado Arthur Lira (PP-AL) – com 301 votos favoráveis, 33 contrários e duas abstenções. Aroldi e Marília marcaram presença no Congresso.



O prefeito de Ibatiba (ES), representante da Região Sudeste na CNM, Luciano Salgado, participou do 2º Fórum Nacional de Controle do TCU e apresentou a demanda ao ministro do TCU Augusto Nardes.



PLP 549/2018 chega ao Senado e tem relatório lido em Plenário. O presidente da CNM, a prefeita de Roncador (PR), o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro, e o presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Gadyel Gonçalves, acompanharam a sessão no Congresso.

anças

Municipalista evita perdas de 400 cidades

5.568 prefeituras brasileiras. Anualmente, o IBGE divulga a estimativa da população brasileira e a provável quantidade de habitantes nos Municípios. Esses números são resultados de metodologia de cálculo a partir do Censo Demográfico – feito a cada dez anos – e da contagem populacional promovida a cada cinco anos, para atualização dos números.

Como a última contagem, de 2015, não ocorreu, sob a justificativa de falta de recursos, o presidente da CNM destaca que os números não refletem mais a realidade das localidades brasileiras. Nesse entendimento, ele e outros integrantes do movimento municipalista arregaçaram as mangas e foram à luta para garantir a aplicação dos mesmos coeficientes de 2018 até que os dados do próximo censo demográfico sejam aplicados.

A atualização da contagem populacional é um pleito recorrente da entidade municipalista, debatido com órgãos governamentais e órgãos de controle. Agora, somou-se a isso o risco de o Censo 2020 também ser afetado por falta de verba. “Essa matéria é muito impor-



tante. O FPM é a principal fonte de receita da maioria dos Municípios, e a não realização do censo prejudica, principalmente, os pequenos”, afirma o presidente da CNM.

A Confederação abordou os casos – do impacto nas 129 prefeituras e da inviabilidade para realização do censo – ao IBGE e ao TCU. Durante encontro com o então presidente do Tribunal, Raimundo Carreiro, a proposta de congelar o coeficiente desses Municípios se consolidou. “A gente precisa fazer um esforço enorme no final deste ano para que ocorra uma

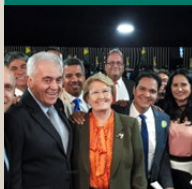
espécie de transição nos anos de 2019 e 2020 até o governo federal disponibilizar recursos para a realização de um novo Censo em 2020”, explicou o presidente da CNM à época.

A localidade mais afetada seria Roncador (PR), que teve papel muito importante na aprovação do projeto. “Eu estimo que meu Município tenha de 12 a 12,5 mil habitantes, e a estimativa diz que eu tenho 10.058. Me jogou para baixo”, relatou preocupada a gestora catarinense durante a mobilização. A prefeitura passaria

do coeficiente do FPM 0,8 para 0,6. Logo que identificou o prejuízo, a municipalista procurou a CNM. Outros gestores na mesma situação entraram na luta, pressionando os parlamentares para evitar as perdas.

Reuniões com deputados, senadores e representantes do governo ocorreram semanalmente. O projeto tramitou em regime de urgência no Congresso Nacional, foi sancionado pelo novo presidente da República, Jair Bolsonaro, nos primeiros dias de 2019; e a Decisão Normativa já foi publicada pelo TCU.

DEZEMBRO



Em Brasília, comitiva de prefeitos baianos liderados pela UPB reivindicam o avanço do PLP. Os gestores foram recebidos pelo presidente Aroldi, na Câmara dos Deputados.



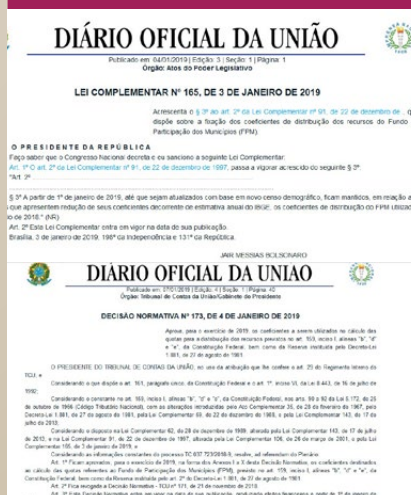
Em um intervalo de menos de uma semana, os senadores reconheceram apelo de gestores locais e aprovaram proposta. Os presidentes da CNM e da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Brito, acompanharam a votação junto de uma comitiva de gestores do Estado.



Aroldi pede celeridade na sanção de proposta do congelamento do FPM em reuniões no Planalto.

JANEIRO

O novo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, em contato por telefone com o presidente da CNM comunicou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou a proposta.



A boa notícia foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), por meio da Lei Complementar 165/2019.

O TCU publicou a Decisão Normativa 173/2019 confirmando o congelamento do coeficiente do Fundo.


 Boa Prática

Carnaúba dos Dantas: economia e mais benefícios para a população

Muitos gestores municipais buscam o menor custo para ofertar melhorias e serviços com qualidade para a população municipal. Carnaúba dos Dantas (RN), distante 234 quilômetros da capital Natal, encontrou no portal da CNM diversas oportunidades e auxílios. O prefeito Gilson Dantas enumera a que ele considera primordial para o Município, que tem pouco mais de oito mil habitantes: a plataforma Êxitos.

“Já vem de uma forma evoluída e avançada porque consegue, por meio da tecnologia, filtrar ações que cabem no Município. Isso já nos ajuda, porque não precisamos ficar procurando. Ele já faz esse filtro através da realidade do Município e, por meio da plataforma, conseguimos ver as ações do governo federal, também através de parceria privada, para a realidade do nosso Município”, completa.

Para a captação de recursos, o prefeito diz que disponibiliza um servidor para ficar responsável pelo monitoramento diário na plataforma. A ferramenta exclusiva reúne informações sobre Captação de Recursos, além de sugerir oportunidades de forma personalizada ao gestor municipal.

Em um dos monitoramentos, Gilson Dantas observou que o Ministério da Saúde tinha aberto uma captação de recursos para aquisição de ambulância. “Eu já fiz a entrega da ambulância por essa plataforma. Entre outras ações, reformas do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), reforma de praça pública, que estamos no processo de licitação para fazer as obras. São ações que foram captadas através da CNM”, finaliza.

A prefeitura de Carnaúba dos Dantas é filiada à CNM e, por isso, tem acesso a diversos serviços disponibilizados na área restrita. Sobre o assunto, o prefeito reforça o recado aos demais



gestores municipais. “Eu falo muito que o que Carnaúba dos Dantas paga à CNM retorna em benefícios maiores do que o valor que a gente

paga. São ações importantíssimas aos Municípios, que poderíamos estar gastando muito mais através de escritórios e assessorias e que a CNM, por meio da tecnologia, de uma plataforma e de um site, nos auxilia e muito”, diz.

O conteúdo exclusivo, disponibilizado pela entidade, traz mais informações além da plataforma Êxitos. A Plataforma ODS, que possibilita diagnosticar, monitorar e avaliar o desempenho dos Municípios brasileiros quanto ao nível do alcance da Agenda 2030 e dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS), também se encontra no conteúdo exclusivo.

Além disso, o gestor municipal tem acesso a Panoramas únicos voltados para diversas áreas municipais, como finanças, trânsito e mo-

bilidade urbana, educação, saúde, cultura, além de outros. Tudo personalizado de acordo com a necessidade e o perfil municipal.

“A porta aberta é o site da CNM. Através do próprio site, conseguimos ver várias oportunidades de ações importantes voltadas para o nosso dia a dia, para o Município trabalhar em cima das ações”, complementa Gilson Dantas.



“Eu já fiz a entrega da ambulância por essa plataforma. Entre outras ações, reformas do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), reforma de praça pública, que estamos no processo de licitação para fazer as obras. São ações que foram captadas através da CNM”.

Gestão

Mais agilidade na análise de prestação de contas

O resultado da análise de prestação de contas, marco final do processo de execução de uma obra, pode levar até 5 anos e consiste em um dos principais gargalos no fechamento do ciclo de uma obra no país. Como consequência, os gestores municipais, mesmo após o término de seus mandatos, temem sofrer processos de improbidade administrativa.

Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), desde 2008, foram firmados com Estados, Municípios e Distrito Federal cerca de 122 mil instrumentos (convênios, acordos, ajustes e similares) para realização de obras, serviços ou bens de interesse público, em montante que ultrapassa R\$ 89 bilhões.

A pasta também aponta que há insuficiência de pessoal para analisar as contas das transferências voluntárias da União. Assim, ocorre acúmulo de cerca de quatro mil prestações de contas não analisadas por ano.

Diante desse cenário, pensando em automatizar e simplificar os processos da análise da prestação de contas, a CNM tem apoiado a parceria entre a CGU e o Departamento de Transferências Voluntárias da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no desenvolvimento de uma tecnologia de aprendizado de máquina para análise informatizada das prestações de contas dos instrumentos de transferência voluntária.

Nesse contexto, foi publicada uma instrução normativa interministerial (IN MP/MF/CGU 5/2018), que estabeleceu parâmetros, a partir de metodologia de avaliação de riscos, para análise das prestações de contas por procedimento informatizado de convênios e contratos de repasse, desde que atendessem aos seguintes requisitos:

- a) operacionalizados no Portal de Convênios (Siconv);
- b) com valor inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- c) com prestações de contas finais encaminhadas até 31 de agosto de 2018;
- d) com pontuação de risco igual ou inferior ao limite de risco da faixa definido pelo órgão ou entidade concedente;
- e) sem saldos remanescentes nas contas específicas; e
- f) que tivessem sanadas as impropriedades constantes dos relatórios de trilhas de auditoria.

A CNM apoia a iniciativa, tendo em vista que o principal escopo da tecnologia é tornar a prestação de contas mais célere e reduzir o estoque atual de processos em análise nos órgãos. Com a inovação, estima-se um benefício imediato decorrente da redução dos custos administrativos relacionados à análise do passivo existente.

Com o sucesso da inovação, está em fase de elaboração nova Instrução Normativa, com a mesma metodologia de análise. Destaca-se que a IN 5/2018 já dava autorização para análise informatizada dos instrumentos enviados para prestação de contas até 31 de agosto. A principal mudança da nova norma é que essa metodologia se tornará rotina, contemplando não apenas as análises de contas do passivo, mas também as novas que forem sendo encerradas.

A expectativa é que cada ministério crie um cronograma para implementação do modelo de análise informatizada e institua seu limite de tolerância ao risco, a fim de determinar em quais

instrumentos e em quais faixas de valores a inteligência artificial será utilizada.

“O Sistema de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) já está pronto para realizar as análises informatizadas de acordo com a metodologia de avaliação de riscos. Basta apenas que os ministérios, que são os órgãos concedentes das parcerias, publiquem ato formal que atenda às condições estabelecidas na IN 05/2018”, destaca o secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert.



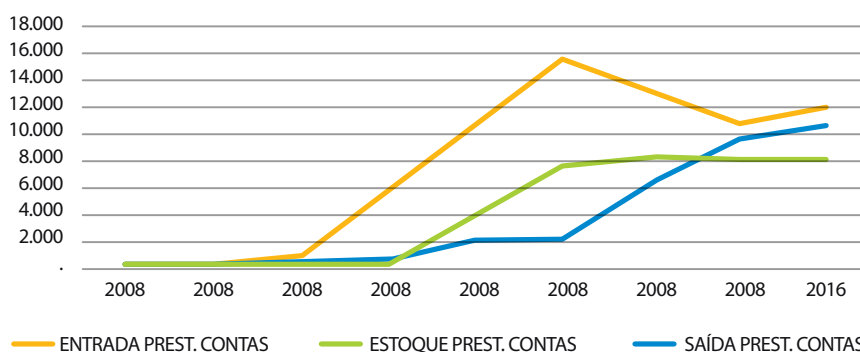
Plataforma + BRASIL: transferências simplificadas, desburocratizadas, em plataforma única

Em 2019, a Confederação busca promover propostas de programas conectadas à vocação e à necessidade dos Municípios; acompanhamento em aplicativos na execução das obras; desburocratização na liberação das parcelas para execução dos instrumentos; licitações online; prestação de contas automáticas; e análise da prestação de contas informatizadas.

Nesse sentido, a entidade defende a transformação do Sistema de Convênios (Siconv) na **Plataforma +BRASIL**, que propõe unir as transferências dos inúmeros programas de políticas públicas, centralizando informações atualizadas para que, assim, o novo governo tenha condições de acompanhar os resultados e monitorar as ações de gestão em cada fase do processo, corrigindo a rota sempre que necessário para focar no alcance dos resultados.

A **Plataforma +Brasil** representa quebra de paradigma no modelo nacional de transferências de recursos que permite o acompanhamento da execução das políticas públicas em todos os Municípios do país. Para a entidade, essa tem o papel de permitir uma gestão pública mais transparente, simples e efetiva.

Histórico do fluxo de Prestação de Contas do instrumentos



Ingresso anual de cerca de 12.800 instrumentos para prestação de contas. Conclusão anual de cerca de 8.000 instrumentos. Déficit de cerca de 4.800 instrumentos. Fonte: Diagnóstico das Transferências Voluntárias (CGU).

 Internacional

Evento internacional vai reunir gestores da América Latina

O Congresso Latino-americano de Autoridades Locais, evento anual da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma), será realizado em Santiago, Chile, entre os dias 27, 28 e 29 de março de 2019.

A agenda do evento está dividida em dez eixos temáticos, e como resultado se construirá o Plano de Trabalho que definirá a atuação da Flacma para os próximos cinco anos.

A CNM estará presente no evento e lançará a próxima edição da Cumbre, que será realizada no Brasil, em março de 2020. Mais informações estão disponíveis no site: <https://congresoflacma.com>.



27, 28 y 29 de Marzo de 2019
Santiago de Chile

 Educação

Gestores municipais de olho nos valores do Fundeb para 2019

Já estamos no segundo mês de 2019, mas as publicações do Diário Oficial da União (DOU) do fim de 2018 ainda são assuntos entre os municipalistas. Uma dessas é a Portaria Interministerial 7/2018. Publicada no dia 31 de dezembro, a Portaria divulga os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para 2019.

Os valores se referem ao que será repassado a Estados e Municípios durante o exercício fiscal deste ano. O segundo artigo da Portaria traz o valor mínimo anual estabelecido por aluno. Para 2019, fica estimado em R\$ 3.238,52 o valor anual mínimo nacional por aluno dos anos iniciais do ensino fundamental urbano. O valor é 6,2% maior do que a última estimativa para 2018, que foi de R\$ 3.048,73.

Esses dados compõem a estimativa da receita total do Fundeb. Para 2019, a previsão é de R\$ 156,3 bilhões. Desse montante, R\$ 143,4 bilhões correspondem à contribuição ao Fundo de Estados, Distrito Federal e Municípios. Já em relação à complementação da União ao Fundeb, serão destinados R\$ 14,3 bilhões. Com esses recursos federais, nove Estados são beneficiados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.



Pref. Jundiaí/SP

Portaria anterior

Poucos dias antes, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria Interministerial 6/2018, que trouxe uma nova estimativa para o exercício de 2018. O total somou R\$ 149,2 bilhões, sendo R\$ 136,9 bilhões distribuídos entre Estados, Distrito Federal e Municípios e R\$ 13,6 bilhões referentes à complementação da União. Na portaria, a reestimativa para 2018 do valor mínimo nacional por aluno/ano passou de R\$ 3.016,67 para R\$ 3.048,73.

Reajuste do piso do magistério

Em janeiro, o MEC divulgou os valores do reajuste do piso nacional do magistério para 2019. O reajuste foi estabelecido em 4,17%, passando o valor do piso de R\$ 2.455,35 em 2018 para R\$ 2.557,74 a partir de janeiro de 2019.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) reforça que, mais uma vez, o piso do magistério é reajustado com índice maior do que a inflação do ano anterior. Isso porque o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 2018 foi de 3,43%.

Na mídia

Estudos e pautas prioritárias da CNM são destaques na imprensa

Editoriais, reportagens em jornais, colunas e matérias de rádio e TV. Em pauta, estudos e posicionamentos da Confederação sobre reivindicações prioritárias do movimento municipalista que ganharam força na imprensa nacional e regional.

O abaixo-assinado promovido pela CNM com o objetivo de pedir o julgamento da ação que trata dos royalties pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi destacado em reportagens da Folha de S. Paulo e de outros grandes jornais. "Em abril, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) lançou manifesto pedindo que o julgamento do tema ocorresse o quanto antes. Na época, a entidade calculava que os Estados e Municípios deixaram de arrecadar R\$ 43,7 bilhões desde que a lei foi aprovada, em valores corrigidos pelo IPCA", lembrou matéria da Valor Econômico.

Em editorial, O Estado de S. Paulo trouxe dados da CNM para relatar a crise enfrentada pe-

los Municípios brasileiros. "De mais de 4,5 mil prefeituras consultadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), 186 disseram que atrasariam o pagamento do décimo terceiro e outras 190 admitiram não ter dinheiro para pagar a segunda parcela, que deveria ter sido quitada até 20 de dezembro. Esta é apenas uma das consequências da crise dos Municípios", alertou o jornal.

O mês de janeiro também manteve repercussão de estudos divulgados no final do mês de dezembro. Entre esses, o que trata da execução do Programa Minha Casa, Minha Vida – publicado primeiramente no jornal Bom Dia Brasil. Em seguida, foi publicado em outros grandes jornais nacionais e locais. No UOL, a manchete "Minha Casa, Minha Vida corta 86% de imóveis de baixa renda em 4 anos" apontava para alguns dados do levantamento.

Outra pauta publicada pela imprensa du-

rante todo o mês foi um panorama sobre a terceirização e a contratação temporária pelos Municípios. "Essa foi a primeira vez em que a CNM realizou uma pesquisa sobre o assunto e, por isso, não é possível ter dados de anos anteriores. O presidente da entidade, Glademir Aroldi, no entanto, afirma que a terceirização está aumentando", destacou reportagem do O Estado de S. Paulo – replicada em dezenas de veículos.

Quer saber mais? Veja os estudos da Confederação na Biblioteca e os principais destaques da imprensa em nosso portal e nas Redes Sociais.



Collage of newspaper clippings from Valor Econômico and UOL. Headlines include: '70% das prefeituras terceirizam sua mão de obra', 'Royalties do petróleo podem chegar ao recorde de R\$ 52 bilhões em 2018', 'Inflação de serviços é a menor desde 2000', 'A crise dos municípios', 'Minha Casa, Minha Vida corta 86% de imóveis de baixa renda em 4 anos', and 'Governo quer Bolsa Família com porta de saída: curso técnico ou microcrédito'.

Collage of newspaper clippings from Caderno Colunistas and O Estado de S. Paulo. Headlines include: 'CNM aprova manutenção de repasses do FPM a pequenos municípios', 'Aumento de ICMS na crise foi usado para pagar aposentadoria de servidor', 'Ganho com royalties pode ser recorde em 2018', and 'Glademir Aroldi presidente da CNM'.

Eventos

É hora de mobilizar para a Marcha

Começou a contagem regressiva para a **XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**. O evento deste ano ocorre entre os dias 8 e 11 de abril, período que vai marcar também os 100 dias de gestão do presidente da República, Jair Bolsonaro. Além do Chefe de Estado, o evento reúne anualmente diversas autoridades do Legislativo, do Judiciário e especialistas para buscar soluções que possam melhorar a gestão municipal. As inscrições estão abertas e com descontos até o dia 22 de março. A participação de deputados e senadores é um dos pontos altos da Marcha, que resulta em importantes avanços no Congresso Nacional.

Em cada edição da maior mobilização municipalista do país, são escolhidos assuntos que possam ser debatidos dentro da programação principal e das arenas temáticas do evento. Neste ano, com o tema **Unidos pelo Brasil**, a intenção é novamente reunir gestores de todo o Brasil e autoridades para ampliar os debates, prin-

cipalmente por conta de uma nova gestão federal e legislatura.

Tradicionalmente, o presidente da República comparece na abertura da Marcha para debater as demandas municipais. Ao longo de outras edições, vários pleitos foram atendidos pelo Chefe do Executivo durante a sua participação no encontro. No ano passado, o ex-presidente Michel Temer acolheu o clamor municipalista e publicou o decreto que desobriga a devolução de recursos de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) desativadas.

Em abril deste ano, além de Bolsonaro e de ministros da sua equipe, a Marcha deve reunir outras autoridades entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU), governadores, bem como deputados e senadores. A CNM conta com a sua presença para contribuir com os debates da pauta prioritária dos Municípios e mostrar mais uma vez a força do municipalismo.

DESCONTO NA INSCRIÇÃO

Prefeitos de Municípios contribuintes com o movimento municipalista estão isentos do pagamento da taxa de inscrição e os demais representantes dessas cidades **terão descontos se efetivarem a sua participação até o dia 22 de março**.

Os gestores e os demais agentes municipais de cidades não contribuintes com o movimento municipalista podem consultar as taxas de inscrições abaixo. Esses também terão preços reduzidos se a presença for confirmada até o dia 22 de março. Acesse o endereço www.marcha.cnm.org.br e faça parte da maior mobilização municipalista do país.



VALOR DA INSCRIÇÃO ATÉ 22/3/2019

	Municípios Contribuintes	Municípios Não Contribuintes
Prefeito	isento	R\$ 3 mil
Vereador	R\$ 350	R\$ 2 mil
Vice-prefeito e secretários	R\$ 350	R\$ 2 mil
Demais participantes		R\$ 2,3 mil



Créditos

O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte. Presidente: Glademir Aroldi • Diretor executivo: Gustavo Cezário • Jornalista responsável: Viviane Cruz • Reportagens: Allan Oliveira, Amanda Maia, Livia Villela, Luiz Leite, Mabilia Souza, Raquel Montalvão, Viviane Cruz. Colaboradores: Áreas Técnicas da CNM • Fotos: Jefferson Viana/Ag. CNM • Revisão: Keila Mariana de A. O. Pacheco • Design: Themaz Comunicação • Endereço: SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 • Telefone: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008 • E-mail: atendimento@cnm.org.br